

Uma alternativa para o caos

João Paulo de Almeida Magalhães

O primeiro ponto a ser estabelecido é o de que não existe qualquer dúvida quanto aos meios necessários e suficientes para eliminar a inflação no Brasil. A impressão contrária resulta de que, nos seus debates, os economistas não se referem aos 90% em relação aos quais estão plenamente de acordo, limitando-se a deblaterar sobre os 10% em que existe divergência. E mesmo quanto a estes as diferenças se referem, freqüentemente, a aspectos puramente formais.

Tomemos, como exemplo, o Plano Real recentemente proposto para controlar a inflação. Ele foi criticado por criar duas moedas (Mario H. Simonsen), porque se poderia chegar ao mesmo resultado proibindo-se despesas públicas sem cobertura de receitas fiscais (André Lara Rezende), porque sua primeira fase de quatro meses é desnecessária (José Julio Senna) etc. Se, contudo, se indagasse: no caso de o Plano Real ser rigorosamente implementado, conseguir-se-ia colocar a inflação sob controle? A resposta seria, quase certamente, um unânime sim.

Os economistas tendem, em última análise, a discutir a receita do bolo, em vez de se concentrarem na seguinte interrogação mais objetiva: o bolo proposto é capaz de matar a fome? O importante de fato é saber se o bolo é substancioso (ou seja, capaz de acabar com a inflação). Eles parecem não ter percebido que, no ponto a que chegamos hoje no Brasil, o gosto do bolo deixou de ter qualquer importância.

O aspecto negativo dessa situação é que os diversos grupos interessados na questão monetária passam a acreditar que ainda não se encontrou a fórmula salvadora, multiplicando *ad infinitum* suas sugestões. Estas, quando não são estapafúrdias, revelam-se simples modificações cosméticas nas fórmulas já largamente conhecidas e divulgadas.

A melhor síntese dessa problemática foi dada por um conhecido economista, ao afirmar: "O problema da inflação é o Sarney". Ou seja, os que pretendem ajudar o país deveriam, para ser objetivos, se preocupar com esquemas políticos destinados a arrancar o governo de sua atual abulia, deixando de lado a proposição de estratégias econômicas. Estas já se acham estudadas à saciedade, existem para todos os gostos e com sucesso garantido.

A dificuldade se acha em que ninguém acredita hoje na possibilidade de mudança significativa na esfera oficial, pelo menos dentro do atual mandato presidencial. A menos, é claro, que ocorra um fato novo de grande impacto. Muitos acreditam que apenas uma hiperinflação terá impacto suficiente para obter esse resultado. O pânico gerado pelo anunciado incremento de preços, em outubro, da ordem de 30%, cria, contudo, a esperança de ter havido um choque psicológico suficiente para mudar a situação. Aqui vai, sem dúvida, certa dose de *wishfull thinking*, mas esta se justifica dadas as graves consequências sociais e econômicas da hiperinflação.

Não estamos afirmando que o salto do índice de preços para 30% seja suficiente para mobilizar o governo no sentido das amplas medidas que garantirão ao país os magnos objetivos de uma inflação máxima de 20% ao ano e uma taxa de incremento do PIB de 7%. Acreditamos, apenas, que o pavor da hiperinflação talvez tenha criado o clima psicológico adequado para uma série de minichoques que permitam, pelo menos, evitar a perda de controle do surto inflacionário. Contribuem no mesmo sentido outros

fatos recentes, positivos, como a possibilidade de se reduzir o déficit público, em 1988, para 4% do PIB; a boa safra agrícola esperada; a crescente mobilização em torno de um pacto social e, mesmo, o superávit comercial anunciado.

O objetivo dos minichoques será evitar a explosão dos preços, podendo contribuir, além disso, para facilitar as medidas de maior profundidade a serem adotadas pelo próximo governo. A eficácia dos minichoques pressupõe que as causas básicas do surto inflacionário não se estejam agravando e que a ameaça de hiperinflação resulte apenas de fatores secundários de aceleração de preços, suscetíveis de ser colocados sob controle, pelo menos por períodos curtos.

Uma ilustração do que pode ser feito vamos encontrar recentemente na Argentina (*Gazeta Mercantil*, 18/10/88). A inflação, que chegou naquele país, em agosto, a 26,7%, baixou para 11,7% em setembro, com previsão de 8% para outubro. Esperam-se agora, até março próximo, resultados ainda melhores, obtidos através de um compromisso das empresas de aumentar preços em apenas 4% ao mês, e do governo de desvalorizar o câmbio e elevar tarifas de serviços públicos em também 4%, no mesmo período. Para compensar as defasagens existentes, estes últimos podem ter aumento suplementar de dois pontos percentuais. O esquema é flexível, dado que tais percentagens serão elevadas se a inflação for superior à prevista. Supostamente os minichoques serão repetidos, ou intensificados, se a inflação ameaçar sair de controle.

No Brasil se poderia, igualmente, aplicar minichoques desse tipo. O primeiro passo já foi, aliás, dado com as discussões entre empresas e empregados sobre o pacto social, discussões às quais aderiu recentemente o governo.

Em nosso caso, poder-se-iam igualmente adotar metas flexíveis e de curtíssimo prazo para a elevação de preços e salários, em torno das quais haveria um acordo. Tais metas seriam apoiadas por medidas antiinflacionárias adotadas no âmbito do pacto social. No que se refere às medidas, as alternativas são numerosas e suscetíveis de serem combinadas de diversas formas. O importante, para evitar a balbúrdia, é não se discutir sobre as receitas preferidas mas simplesmente indagar se o instrumento em causa contribui ou não para reduzir a inflação. As metas de elevação de preços devem ser, obviamente, compatíveis com o tipo e intensidade dos instrumentos adotados.

Entre estes, podem ser apontados os seguintes: rigorosa manutenção das metas oficiais de redução do déficit; política de rendimentos baseada na aceitação das reivindicações reais médias do período anterior, com renúncia temporária a quaisquer pedidos de reposição salarial; correção monetária de impostos para o período entre o fato gerador e o pagamento; suspensão da conversão da dívida externa em capital de risco, cujo impacto é claramente inflacionário; importações "de choque" em setores com elevações excepcionais de preços (o que combate manobras monopolistas e reduz a necessidade de cruzados para adquirir a moeda estrangeira excedente); suspensão do *relending* ou do uso de amortizações da dívida externa para novos empréstimos; alargamento dos prazos de vencimento da dívida interna; suspensão de subsídios etc.

Qualquer uma das medidas acima exige sacrifícios. Resta saber se o pânico diante da possibilidade de hiperinflação as tornou palatáveis. Caso negativo, esta constituirá o remédio amargo mas inevitável para fazer o país, em futuro próximo, arcar de uma vez por todas com suas graves responsabilidades.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular da UFRJ